

MESA DIRETORA

JALSER RENIER PADILHA - PRESIDENTE

CORONEL CHAGAS
1ª VICE-PRESIDENTE

NALDO DA LOTERIA
1º SECRETÁRIO

DHIEGO COELHO
3º SECRETÁRIO

JÂNIO XINGÚ
2º VICE-PRESIDENTE

MARCELO CABRAL
2º SECRETÁRIO

IZAIAS MAIA
4º SECRETÁRIO

FRANCISCO MOZART
3º VICE-PRESIDENTE

MASAMY EDA
CORREGEDOR GERAL

JORGE EVERTON
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

George Melo (PSDC) - Presidente
Jorge Everton (PMDB) - Vice-Presidente
Coronel Chagas (PRTB) - Membro
Lenir Rodrigues (PPS) - Membro
Brito Bezerra (PP) - Membro
Aurelina Medeiros (PSDB) - Membro
Oleno Matos (PDT) - Membro

Comissão de Administração, Segurança e serviços públicos

Jorge Everton (PMDB) - Presidente
Soldado Sampaio (PC do B) - Vice-Presidente
Lenir Rodrigues (PPS) - Membro
Coronel Chagas (PRTB) - Membro
Odilon Filho (PEN) - Membro

Comissão de Ética Parlamentar

Marcelo Cabral (PMDB) - Presidente
Mecias de Jesus (PRB) - Vice-Presidente
George Melo (PSDC) - Membro
Zé Galeto (PRP) - Membro
Izaias Maia (PRB) - Membro
Suplentes:
1º - Chico Guerra (PROS)
2º - Oleno Matos (PDT)

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Coronel Chagas (PRTB) - Presidente
Marcelo Cabral (PMDB) - Vice-Presidente
Jânio Xingú (PSL) - Membro
Aurelina Medeiros (PSDB) - Membro
Izaias Maia (PRB) - Membro
Diego Coelho (PSL) - Membro
Soldado Sampaio (PC do B) - Membro

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Lenir Rodrigues (PPS) - Presidente
Evangelista Siqueira (PT) - Vice-Presidente
Masamy Eda (PMDB) - Membro
Chico Mozart (PRP) - Membro
Mecias de Jesus (PRB) - Membro

Comissão de Defesa do Consumidor

Chico Mozart (PRP) - Presidente
Valdenir Ferreira (PV) - Vice-Presidente
Mecias de Jesus (PRB) - Membro
Coronel Chagas (PRTB) - Membro
Evangelista Siqueira (PT) - Membro

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Ângela Águida Portella (PSC) - Presidente
Oleno Matos (PDT) - Vice-Presidente
Aurelina Medeiros (PSDB) - Membro
Lenir Rodrigues (PPS) - Membro
Dhiego Coelho (PSL) - Membro

Comissão de Agricultura Pecuária e Política Rural

Zé Galeto (PRP) - Presidente
Aurelina Medeiros (PSDB) - Vice-Presidente
Marcelo Cabral (PMDB) - Membro
Ângela Águida Portella (PSC) - Membro
Gabriel Picanço (PRB) - Membro

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Chico Guerra (PROS) - Presidente
Izaias Maia (PRB) - Vice-Presidente
Dhiego Coelho (PSL) - Membro
Soldado Sampaio (PC do B) - Membro
Francisco Mozart (PRP) - Membro

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Mecias de Jesus (PRB) - Presidente
Jânio Xingú (PSL) - Vice-Presidente
Marcelo Cabral (PMDB) - Membro
Naldo da Loteria (PSB) - Membro
Aurelina Medeiros (PSDB) - Membro

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo

Brito Bezerra (PP) - Presidente
Valdenir Ferreira (PV) - Vice-Presidente
Jânio Xingú (PSL) - Membro
Zé Galeto (PRP) - Membro
Izaias Maia (PRB) - Membro

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Masamy Eda (PMDB) - Presidente
Odilon Filho (PEN) - Vice-Presidente
Oleno Matos (PDT) - Membro
Ângela Águida Portella (PSC) - Membro
Naldo da Loteria (PSB) - Membro

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Gabriel Picanço (PRB) - Presidente
Masamy Eda (PMDB) - Vice-Presidente
George Melo (PSDC) - Membro
Jânio Xingú (PSL) - Membro
Mecias de Jesus (PRB) - Membro

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e Mercosul

Dhiego Coelho (PSL) - Presidente
Chico Guerra (PROS) - Vice-Presidente
Jorge Everton (PMDB) - Membro
Odilon Filho (PEN) - Membro
Soldado Sampaio (PC do B) - Membro

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR
Telefone: (95) 3623-6665 | E-mail: docgeralale@gmail.com

DANIELLY VANDERLEI DE MORAIS
Gerente de Documentação Geral

CHRISTIAN DELLA PACE FERREIRA
Diagramação

Atos Administrativos

- Extratos dos Contratos Ref. Processo nº 044/ALE/2014 02
- Resoluções nº 203 a 205/2015 - GDP 02
- Resoluções de Afastamento nº 320 e 321/2015 03

Atos Legislativos

- Indicações nº 138 e 139/2015 03

Atas Plenárias

- Ata da 2417ª Sessão Ordinária - Sucinta 04
- Ata da 2415ª Sessão Ordinária - Íntegra 05

Das Comissões

- Comissão Especial Externa - Resol. nº 005/2015, Alterada pela Resol. nº 014/2015 06

ATOS ADMINISTRATIVOS
DA PRESIDÊNCIA - EXTRATO DE CONTRATO
EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO N.º : 0.044ALE/14
 MODALIDADE – CONCORRÊNCIA PÚBLICA n.º 004/ALE/2015
 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA RECARGA DE CARTUCHO E TONNER COM CARÇAÇA E SEM CARÇAÇA NO EXECÍCIO DE 2015
 CONTRATANTE: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA
 CNPJ: 34 808 220/0001-68
 CONTRATADA: P. RODRIGUES NETO - ME
 CNPJ: 04.897.893/0001-70
 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01001.01031012.011/339039-101
 UNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores
 DATA DA ASSINATURA: 31/07/2015
 VIGÊNCIA: 01/08/2015 À 31/07/2016
 VALOR MENSAL: R\$ 18.600,00 (DEZOITO MILE SEISCENTOS REIS)
 CONTRATANTE: JALSER RENIER PADILHA
 CONTRATADO: PEDRO RODRIGUES NETO
 OBS: PUBLICAÇÃO COM EFEITO RETROATIVO A 31/07/2015
 Boa Vista-RR, 03 de Agosto de 2015.
 Niura Cardoso de Souza
 Diretora Administrativa

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO N.º : 0.044ALE/14
 MODALIDADE – CONCORRÊNCIA PÚBLICA n.º 004/ALE/2015
 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA RECARGA DE CARTUCHO E TONNER COM CARÇAÇA E SEM CARÇAÇA NO EXECÍCIO DE 2015
 CONTRATANTE: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA
 CNPJ: 34 808 220/0001-68
 CONTRATADA: M. L. P. COSTA EPP
 CNPJ: 04.897.893/0001-70
 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01001.01031012.011/339039-101
 UNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores
 DATA DA ASSINATURA: 31/07/2015
 VIGÊNCIA: 01/08/2015 À 31/07/2016
 VALOR MENSAL: R\$ 2.400,00 (DOIS MIL E SEISCENTOS REAIS)
 CONTRATANTE: JALSER RENIER PADILHA
 CONTRATADO: PEDRO RODRIGUES NETO
 OBS: PUBLICAÇÃO COM EFEITO RETROATIVO A 31/07/2015
 Boa Vista-RR, 03 de Agosto de 2015.
 Niura Cardoso de Souza
 Diretora Administrativa

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO N.º : 0.044ALE/14
 MODALIDADE – CONCORRÊNCIA PÚBLICA n.º 004/ALE/2015
 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA RECARGA DE CARTUCHO E TONNER COM CARÇAÇA E SEM CARÇAÇA NO EXECÍCIO DE 2015
 CONTRATANTE: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA
 CNPJ: 34 808 220/0001-68
 CONTRATADA: D. PEREIRA DOS SANTOS EIRELI - ME
 CNPJ: 19.289.344/0001-90
 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01001.01031012.011/339039-101
 UNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores
 DATA DA ASSINATURA: 31/07/2015
 VIGÊNCIA: 01/08/2015 À 31/07/2016
 VALOR MENSAL: R\$ 19.875,00 (DEZENOVE MIL, OITOCENTOS SETENTA E CINCO REAIS)
 CONTRATANTE: JALSER RENIER PADILHA
 CONTRATADO: DANIEL PEREIRA DOS SANTOS
 OBS: PUBLICAÇÃO COM EFEITO RETROATIVO A 31/07/2015
 Boa Vista-RR, 03 de Agosto de 2015.
 Niura Cardoso de Souza
 Diretora Administrativa

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS - RESOLUÇÕES
RESOLUÇÃO Nº 203/2015-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR os servidores listados no anexo desta Resolução, a partir de 30 de junho de 2015, onde exerceram Cargos Comissionados, integrantes do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 009/2011, de 22 de julho de 2011, publicada no Diário da ALE nº 1150 de 26.07.2011.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 30 de junho de 2015.

Palácio Antônio Martins, 13 de agosto de 2015.

Deputado Jalsler Renier Padilha

Presidente

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

Anexo da Resolução de Exoneração nº 0203/2015/DGP de 30.06.2015.

ORD	MATRÍCULA	NOME	CARGO
1.	16272	KELLY PAMELLA COSTA LIMA	Auxiliar Parlamentar V
2.	17088	KERMESON CHAGAS HOLANDA	Aux Esp III MD
3.	17399	LEIDE DAIANE SOUSA DA SILVA	Assistente Parlamentar IV
4.	13387	LUAN CARLOS MORALES	Assistente Parlamentar IV
5.	17080	MARIA AURENIR FREITAS DE HOLANDA	Assessor Esp III MD

Palácio Antônio Martins, 13 de agosto de 2015.

Deputado Jalsler Renier Padilha

Presidente

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 204/2015-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR os servidores relacionados no anexo desta Resolução, a partir de 30 de junho de 2015, onde exerceram Cargos Comissionados nos Gabinetes, integrantes do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 013/2012, de 04 de janeiro de 2013, publicada no Diário da ALE nº 1490 de 04.01.2013.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 30 de junho de 2015.

Palácio Antônio Martins, 13 de agosto de 2015.

Deputado Jalsler Renier Padilha

Presidente

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

Anexo da Resolução de Exoneração nº 0204/2015/DGP de 30.06.2015.

ORD	MATRÍCULA	NOME	CARGO
1.	17324	ANTONIA DO NASCIMENTO BEZERRA	FS1 Técnico Legislativo
2.	8342	ANTONIO VICENTE MIRANDA DA SILVA	FS4 Auxiliar Parlamentar
3.	16310	ARLESSON CLEY VASCONCELOS RIBEIRO	FS2 Assessor Parlamentar
4.	13877	ARYANE SOUZA SILVA	FS2 Auxiliar Parlamentar

ORD	MATRÍCULA	NOME	CARGO
5.	16547	ATHAYNARA FREITAS MARIALVA	FS4 Auxiliar Parlamentar

Palácio Antônio Martins, 13 de agosto de 2015.

Deputado Jalsen Renier Padilha

Presidente

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 205/2015-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º TORNAR SEM EFEITO as férias do servidor **NELSON VIEIRA BARROS**, Matrícula 14474, programadas para o período de 01/07/2015 a 30/07/2015, as quais foram publicadas pela Resolução nº 102/2015/DGP no Diário da ALE nº 2081 de 25.06.2015.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 13 de agosto de 2015.

Deputado Jalsen Renier Padilha

Presidente

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTOS

RESOLUÇÃO Nº 320/2015

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **JORGE EVERTON BARRETO GUIMARAES** para viajar com destino a cidade de São Paulo - SP, no período de 23.08 a 25.08.2015, com a finalidade de tratar de assuntos inerentes às atividades parlamentares, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 17 de Agosto de 2015

Deputado JALSER RENIER PADILHA

Presidente

Deputado ROSINALDO ADOLFO BEZERRA DA SILVA

1º Secretário

Deputado MARCELO MOTA DE MACEDO

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 321/2015

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento da servidora **CRISTIANE SALES LIMA Matrícula 08318** para viajar com destino a cidade de Manaus - AM, no período de 17.08 a 20.08.2015, com a finalidade de tratar de assuntos inerentes às atividades funcionais, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 17 de Agosto de 2015

Deputado JALSER RENIER PADILHA

Presidente

Deputado ROSINALDO ADOLFO BEZERRA DA SILVA

1º Secretário

Deputado MARCELO MOTA DE MACEDO

2º Secretário

ATOS LEGISLATIVOS

INDICAÇÕES

INDICAÇÃO Nº 138/2015

O Deputado que a esta subscreve, com amparo no art. 202, do Regimento Interno deste Poder, requer o encaminhamento a Excelentíssima Senhora Governadora do Estado/RR, da seguinte Indicação:

IMPLANTAÇÃO DE UMA ACADEMIA ABERTA DE ESPORTES NO PARQUE ANAUÁ.

JUSTIFICATIVA

O Art. 227º da Constituição Federal e o Ar. 5º da Constituição Estadual, assegura ao estado, entre outros direitos essenciais, o esporte e lazer. Sendo estes, portanto responsabilidades constitucionais.

O Governo do Estado de Roraima, somado a outros projetos elaborados para assistencialismo da população, realize a implantação de uma **Academia Aberta de Ginastica**, na área de lazer do Parque Anauá, local esse que voltou a ser valorizado e revitalizado pelo atual governo, e através da Secretaria competente para esse fim, com o objetivo de atingir a vários interesses socioculturais, para jovens, adultos e idosos. Considerando os resultados obtidos no tocante, a saúde, a socialização e tantos outros benefícios que advém do esporte, garantindo assim, melhorias na qualidade de vida. Considerando também que aquele local já teve a muitos anos atrás, um espaço para prática de esportes e voltou a ser frequentado por inúmeras pessoas que fazem caminhadas e outros que adotaram a Zumba como meio de esporte, e em meio a tendência e conscientização da população para uma vida mais saudável, é que tomamos a iniciativa de propor essa ideia, e que nos tempos atuais poderá ser adotados **equipamentos condizentes** com a atualidade.

Dessa forma, a implantação de uma Academia Aberta de Ginastica no Parque Anauá, nesta capital, é uma necessidade, razão pela qual estará o poder público estadual destinando os recursos necessários e promovendo os meios pelos quais os menos favorecidos e a população como um todo, venham a ter um ambiente próximo e capaz de proporcionar-lhes o entretenimento, cumprindo o Estado dessa forma seu dever constitucional.

Sala das Sessões, ___ de agosto de 2015.

MECIAS DE JESUS

Deputado Estadual

INDICAÇÃO Nº 139/2015

O Deputado que a esta subscreve, com amparo no art. 202, do Regimento Interno deste Poder, requer o encaminhamento a Excelentíssima Senhora Governadora do Estado/RR, da seguinte Indicação:

CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA DE NÍVEL MÉDIO, NO BAIRRO CRUVIANA.

JUSTIFICATIVA

O Art. 5º da Constituição Federal e da Constituição Estadual assegura ao Estado, entre outros direitos essenciais, a educação. Sendo esta de fundamental importância na vida de todo cidadão, portanto responsabilidade constitucional.

Observamos que em Boa Vista, cuja demanda populacional tem crescido ano a ano, as escolas existentes já não estão conseguindo suprir a demanda, e no caso específico do bairro: Cruviana, onde as escolas mais próximas já estão com seu quadro de alunos completos, deixa inúmeros jovens prejudicados e desassistidos, por terem que andar longas distâncias, passando por locais perigosos, como ruas escuras, trânsito violento, sofrendo assaltos, pondo em risco suas vidas e gerando angústias e preocupações em seus pais e familiares, e em alguns casos tendo que dispor de recursos parcos para pagamento de transportes, entre outros.

Diante desses fatos é que pedimos a construção de uma escola de nível médio, no bairro Cruviana, a qual atenderá em torno de mil e quinhentos a dois mil alunos, segundo o numero nos passado pelos moradores que conhecem a realidade daquele lugar, a qual atenderá não somente os alunos do bairro em questão, como também os jovens dos bairros: Conjunto Cidadão, Residencial Manaíra e adjacências, beneficiando assim uma numerosa quantidade de jovens, que necessitam desse bem. E sabemos que a Educação é uma das principais bases adotadas pela governadora, portanto, essa iniciativa seria uma oportunidade de ampliar e melhorar a Educação no Estado.

Dessa forma, solicitamos a Governadora, que destine os recursos necessários para construção de uma escola modelo, com a finalidade de atender aos estudantes que residem naquelas localidades da Capital, promovendo assim, os meios pelos quais esses jovens, venham a ter um ambiente próximo e capaz de proporcionar-lhes a educação necessária, cumprindo o Estado dessa forma seu dever constitucional.

Sala das Sessões, ___ de agosto de 2015.

MECIAS DE JESUS

Deputado Estadual

ATAS PLENÁRIAS - SUCINTA
ATA DA SEGUNDA MILÉSIMA QUADRINGENTÉSIMA DÉCIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO QUINQUAGÉSIMO PERÍODO LEGISLATIVO DA SÉTIMA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA.

Às nove horas do dia doze de agosto de dois mil e quinze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima quadringentésima décima sétima Sessão Ordinária do quinquagésimo Período Legislativo da Sétima Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. O Senhor Presidente, Deputado **Jalser Renier**, solicitou ao Senhor Primeiro-Secretário, Deputado **Naldo da Loteria**, proceder à verificação de quórum. Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão e solicitou ao Senhor Segundo-Secretário, Deputado **Marcelo Cabral**, proceder à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi lida e aprovada na íntegra. Prosseguindo, solicitou ao Senhor Primeiro-Secretário à leitura do Expediente.

RECEBIDO DOS DEPUTADOS: Requerimento nº 055/15, do Deputado Brito Bezerra, de 12/08/15, requerendo destaque na votação do Veto ao artigo 50 do Projeto de Lei nº 024/15, que “Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2016, e dá outras providências”, constante na Mensagem Governamental nº 027/15; Projeto de Resolução Legislativa nº 013/15, de autoria da Mesa Diretora, de 11/08/15, que “Aprova a apresentação à Câmara dos Deputados da Proposta de Emenda à Constituição Federal, visando alterar os art. 22 e 24 da Constituição Federal, para tornar competências legislativas privativas da União em concorrentes com os estados e o Distrito Federal; Projeto de Resolução Legislativa nº 014/15, de autoria da Mesa Diretora, de 11/08/15, que “Aprova a apresentação à Câmara dos Deputados de Proposta de Emenda à Constituição Federal, visando acrescentar inciso IV ao art. 60 da Constituição Federal, para estabelecer a iniciativa popular de Proposta de Emenda à Constituição; Projeto de Resolução Legislativa nº 015/15, de autoria da Mesa Diretora, de 11/08/15, que “aprova a apresentação à Câmara dos Deputados de Proposta de Emenda à Constituição Federal, visando alterar os arts. 166 e 198 da Constituição Federal, para estabelecer que a União destine, no mínimo, 10% (dez por cento) da sua receita corrente bruta às ações e serviços públicos de saúde, excluindo do cômputo deste percentual as Emendas parlamentares ao orçamento federal; Projeto de Resolução Legislativa nº 016/15, de autoria da Mesa Diretora, de 11/08/15, que “Aprova a apresentação à Câmara dos Deputados de proposta de emenda à Constituição Federal, visando alterar o inciso I, e suas alíneas “a” e “b”, do art. 159 da Constituição Federal, para modificar a composição do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e do Fundo de Participação dos Municípios; Projeto de Resolução Legislativa nº 017/15, de autoria da Mesa Diretora, de 11/08/15, que “Dispõe sobre o Coral Sinfônico do Legislativo Roraimense (Projeto CANTALE); Indicação s/nº, de 07/08/15, do Deputado Masamy Eda ao Governo do Estado, para que se determine aos órgãos competentes realização de um estudo de viabilidade, adotando-se as providências pertinentes acerca das condições de tráfego das pontes localizadas na Vicinal II, que dão acesso às Comunidades da Serra Grande II e Fonte Nova, no Município do Cantá/RR; Indicação s/nº, de 10/08/15, da Deputada Lenir Rodrigues ao Governo do Estado, para Reforma da Escola Estadual Indígena Nova Monte Moriá II – Comunidade Indígena Monte Moriá II - Município de Uiramutã/RR; Indicação s/nº, de 07/08/15, do Deputado Marcelo Cabral ao Governo do Estado, para Reforma da Escola Estadual Indígena Tuxaua Manoel Horário – Comunidade Indígena do Guariba – Município do Amajari/RR; Indicação s/nº, de 07/08/15, do Deputado Marcelo Cabral ao Governo do Estado, para Reforma da Escola Estadual Indígena Santa Luzia – Comunidade Três Corações – Município de Amajari/RR. Indicação s/nº, de 07/08/15, do Deputado Marcelo Cabral ao Governo do Estado, para Reforma da Escola Estadual Ovídio Dias de Souza – Vila Brasil – Município de Amajari/RR; Indicação s/nº, de 07/08/15, do Deputado Marcelo Cabral ao Governo do Estado, para Reforma da Escola Estadual Indígena Tuxaua Raimundo Tenente – Comunidade Indígena Araçá – Município de Amajari/RR; Memorando nº 036, de 11/08/15, da Deputada Angela A. Portella, comunicando sua ausência na sessão plenária desta data, por estar desenvolvendo trabalhos externos junto à Escola do Legislativo – ESCOLEGIS; Proposta de Emenda à Constituição s/nº, de 11/08/15, do Deputado Jorge Everton Barreto Guimarães, que altera a redação do Artigo 20-A da Constituição Estadual; Projeto de Decreto Legislativo s/nº, de 05/08/15, do Deputado Mecias de Jesus, que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado de Roraima ao Pastor Isamar Pessoa Ramalho, e dá outras providências. **DIVERSOS:** Ofício s/nº, de 23/07/15, da Câmara dos Deputados, Gabinete do Deputado Júlio Lopes, comunicando sua designação como Relator do Projeto de Lei nº 1775/15, que tramita na

Comissão Especial criada na Câmara dos Deputados, destinada a proferir parecer sobre a proposta que dispõe sobre o Registro Civil Nacional (RCN); Ofício s/nº, de 30/07/15, da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, reiterando convite para o Encontro dos Presidentes das Assembleias do Brasil, cuja data foi antecipada para o dia 24/08/15. **GRANDE EXPEDIENTE:** O Senhor Deputado **Jorge Everton** iniciou informando que finalizou o primeiro semestre legislativo com a aprovação da LDO e do Projeto da CNH Cidadã. Reportando-se ao veto governamental ao Projeto da CNH Cidadã, ressaltou que a matéria é de sua autoria juntamente com os Deputados Coronel Chagas e Marcelo Cabral. De acordo com o Senhor Deputado, após a aprovação do Projeto nesta Casa, a matéria foi amplamente divulgada nas redes sociais, bem como os benefícios que traria à população. No entanto, ressaltou que, infelizmente, a governadora, em ato de desrespeito com a sociedade e descumprindo mais uma promessa de campanha, vetou o projeto. Prosseguindo, informou que, quando Diretor do DETRAN, verificou que, estatisticamente, o maior número de acidentes no trânsito envolve pessoas que não possuem habilitação e, com objetivo de reduzir o índice de acidentes, apresentou o projeto da CNH Cidadã, o qual iria proporcionar ao cidadão de baixa renda a oportunidade de obter, de forma gratuita, habilitação. Pediu aos seus Pares que rejeitem o veto. Em seguida, informou que protocolou nesta Casa uma PEC que tem por objetivo impedir que pessoas enquadradas na Lei da Ficha Limpa assumam cargos efetivos, comissionados, funções gratificadas ou prestem serviços voluntários no Estado de Roraima. Finalizou dizendo que apresentou a PEC como forma de renovar seu compromisso com a sociedade roraimense e pediu apoio aos seus Pares para que, o mais rápido possível, aprovem a matéria. O Senhor Deputado **Oleno Matos** reportou-se ao concurso realizado pela Assembleia Legislativa sobre o qual, mesmo após todas as ações judiciais, ainda há muito a se falar. Lembrou aos Pares que, dos aprovados no concurso, faltam 34 pessoas a serem chamadas, as quais investiram recursos e esforços para lograrem êxito no referido certame e, até agora, não obtiveram uma resposta desta Casa quanto à nomeação. De acordo com o Senhor Parlamentar, os aprovados estão preocupados com a possibilidade iminente de a validade do concurso expirar sem que sejam nomeados. Após, lembrou que uma das prioridades do Presidente deste Poder seria a realização de um novo concurso público, mas, segundo o Parlamentar, o melhor seria prorrogar a validade do concurso anterior e chamar os aprovados à medida que fossem surgindo vagas e, em outro momento, realizariam um novo concurso. Finalizou pedindo que esta Casa prorrogue a validade do concurso e enverede esforços no sentido de aprovar o Plano de Cargos e Salários dos servidores deste Poder. **ORDEM DO DIA:** O Senhor Presidente anunciou, para a pauta da Ordem do Dia, discussão e votação, em turno único: do Requerimento nº 055/15, de 12/08/15, requerendo destaque na votação do Veto ao artigo 50 do Projeto de Lei nº 024/15, que “Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2016, e dá outras providências”, de autoria do Senhor Deputado Brito Bezerra; do Projeto de Lei nº 069/13, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade da inclusão de atração voltada ao público gospel nos eventos que especifica, e dá outras providências”, de autoria do Deputado Jean Frank; da Mensagem Governamental nº 029/15, de veto total ao Projeto de Lei nº 025/15, que “Dispõe sobre a Corrida Internacional 5 de Outubro e dá outras providências”, de autoria do Deputado Naldo da Loteria; da Mensagem Governamental nº 027/15, de veto parcial ao Projeto de Lei nº 024/15, que “Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2016 e dá outras providências; da Mensagem Governamental nº 028/15, de veto total ao Projeto de Lei nº 004/15, que “institui, no âmbito do Poder Executivo do Estado de Roraima, o Projeto Social de Formação, Qualificação e Habilitação Profissional de Condutores de Veículos, denominado Carteira de Habilitação Cidadã, e dá outras providências”, de autoria dos Deputados Jorge Everton, Coronel Chagas e Marcelo Cabral. Em seguida, o Senhor Presidente suspendeu a Sessão, pelo tempo necessário, para que as Comissões em conjunto pudessem analisar e emitir parecer ao Projeto de Lei nº 069/13 e a Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final analisar e emitir Parecer às Mensagens de Veto nºs 029, 027 e 028/15. Após o tempo necessário, o Senhor Presidente reabriu a Sessão solicitando ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à leitura do Requerimento nº 055/15. Colocado em discussão e votação, a matéria foi aprovada. Em seguida, solicitou ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à leitura do Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final ao Veto do artigo 50 do Projeto de Lei nº 024/15. Colocado em discussão e votação secreta, o Veto foi rejeitado por 22 votos contrários, 1 voto favorável e nenhuma abstenção. Continuando, solicitou ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à leitura do Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final ao Veto do parágrafo 4º, artigo 24, do Projeto de Lei nº 024/15. Colocado em discussão e votação secreta, o Veto foi mantido por 12 votos contrários, 11 votos favoráveis e nenhuma

abstenção. Dando continuidade, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à leitura do Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final ao Veto total ao Projeto de Lei nº 025/15. Prosseguindo, o Senhor Presidente colocou em discussão a matéria. Por meio de Questão de Ordem, o Senhor Deputado Naldo da Loteria solicitou Adiamento de Discussão, que foi acatado pelo Senhor Presidente. Após, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à leitura do Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final ao Veto total do Projeto de Lei nº 004/15. Colocada em discussão a matéria. Através de Questão de Ordem, o Senhor Deputado Jorge Everton solicitou Adiamento de Discussão, que foi acatado pelo Senhor Presidente. Após, o Senhor Presidente informou que o Projeto de Lei nº 069/13 foi retirado da pauta da Ordem do Dia devido ao seu arquivamento na Comissão Conjunta.

EXPLICAÇÕES PESSOAIS: A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** convidou os Membros da Comissão Especial Externa para deliberarem o relatório conclusivo ao processo de acompanhamento e elaboração de planos emergenciais no sistema prisional e na rede pública de saúde do Estado de Roraima, em reunião às 15h, no Plenarinho. O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** convidou os Senhores Deputados a participarem da Audiência Pública que ocorrerá às 15h, neste plenário, para discutir a pauta de greve dos trabalhadores em educação do Estado de Roraima. Finalizou ressaltando a importância do evento, oportunidade para dialogar com a categoria e ouvir os anseios dos trabalhadores em educação. O Senhor Deputado **Brito Bezerra** convidou os Membros da Comissão de Indústria, Comércio e Turismo a participarem das discussões sobre logística reversa, entendido como instrumento de desenvolvimento econômico e social, caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial e reaproveitamento em seu ciclo ou outras destinações. O Senhor **Jorge Everton** convidou os Membros da Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos para uma reunião, às 16h, no plenarinho. O Senhor Deputado **Chico Guerra** solicitou ao Senhor Presidente que informasse se a Secretária de Educação estará presente nesta Casa no próximo dia 13 de agosto. O **Senhor Presidente** informou ao Deputado Chico Guerra que a Secretária se fará presente na Comissão Geral, até porque não foi convidada, foi convocada. Continuando, informou que, na próxima terça-feira, constam na pauta da Ordem do Dia os projetos apresentados pelos Deputados do Estado de Santa Catarina e esta Casa será a primeira a aprovar o Projeto de Resolução alusivo à PEC que será apresentada no Congresso Nacional com apoio de todas as Assembleias Legislativas. Prosseguindo, destacou que está confirmada, para o dia quatro de setembro, a vinda do Ministro Ricardo Lewandowski, Presidente do Supremo Tribunal Federal, oportunidade em que esta Casa prestará homenagem com a Comenda de Mérito Legislativo por serviços prestados ao País. Informou ainda que será votada também a permanência ou não do atual Reitor da Universidade Estadual de Roraima. A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** solicitou aos seus Pares que preparem as perguntas a serem feitas à Secretária de Educação na próxima Sessão. E, não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a Sessão e convocou outra para o dia 13 de agosto, à hora regimental. Registraram a presença, no painel, os Senhores Deputados: **Angela A, Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Evangelista Siqueira, Francisco Mozart, Gabriel Picanço, George Melo, Izaías Maia, Jalser Renier, Jânio Xingú, Jorge Everton, Lenir Rodrigues, Marcelo Cabral, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Odilon Filho, Oleno Matos, Soldado Sampaio, Valdenir Ferreira e Zé Galeto.**

Aprovada em: 13/08/2015

ATAS PLENÁRIAS - ÍNTEGRA

ATA DA 2415ª SESSÃO, EM 06 DE AGOSTO DE 2015.

50º PERÍODO LEGISLATIVO DA 7ª LEGISLATURA.

= ORDINÁRIA =

**PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO FRANCISCO MOZART.
(EM EXERCÍCIO).**

Às nove horas do dia seis de agosto de dois mil e quinze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima quadringentésima décima quinta Sessão Ordinária do quinquagésimo período Legislativo da sétima Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (**Francisco Mozart**) – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito à Senhora Segunda-Secretária proceder à leitura da Ata da Sessão anterior.

A Senhora Segunda-Secretária (**Lenir Rodrigues**) – (Lida a

Ata).

O Senhor Presidente (**Francisco Mozart**) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo nenhum dos Senhores Deputados que queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permanecem como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário (**Naldo da Loteria**) – O Expediente consta do seguinte, Senhor Presidente:

RECEBIDO DO PODER EXECUTIVO:

Mensagem Governamental nº 032, de 05/08/15, que submete à apreciação desta Augusta Casa Legislativa o Projeto de Lei que visa extinguir a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado de Roraima – ARES/RR criada pela Lei nº 944, de 30/12/13.

Mensagem Governamental nº 033, de 05/08/15, que submete à apreciação desta Augusta Casa Legislativa o Projeto de Lei que “Dispõe sobre a uniformização do procedimento administrativo para constituição de crédito não tributário do Estado de Roraima, de suas Autarquias e Fundações Públicas, e dá outras providências”.

Mensagem Governamental nº 034, de 05/08/15, requer a elevada deliberação da Mesa Diretora, nos termos do art.195 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, o reinício de tramitação do Projeto de Lei nº 36/14, que “Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações – PCCR dos servidores das áreas de Infraestrutura, Agronomia e Veterinária da administração direta do Estado de Roraima, e dá outras providências”.

DIVERSOS:

Ofício nº 012, de 03/08/15, do Parlamento Amazônico - Associação das Assembleias Legislativas da Amazônia, convidando para participar da I reunião ampliada do Colegiado de Deputados do Parlamento Amazônico/2015, a realizar-se no dia 20/08/2015 na cidade de Boa Vista-RR.

Ofício nº 166, de 05/08/15, do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Roraima – SINTER, informando que irá deflagrar Greve Geral por tempo indeterminado a partir de segunda-feira dia 10/08/2015.

Ofício s/nº, de 14/07/15, da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, do Gabinete do Deputado Campos Machado, solicitando a possibilidade de instituir a Frente Parlamentar pela Liberdade Religiosa na Assembleia Legislativa de Roraima.

Ofício circular nº 002, de 30/07/15, da Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento – SEPLAN/RR, encaminhado Manual Técnico de Orçamento – MTO 2016, com as instruções para preenchimento do Plano Anual de Trabalho – PAT, Planilha de Receita por Natureza, Planilha de Distribuição do FPE, a projeção do Teto Orçamentário para 2016.

Requerimento nº 001, de 05/08/15, da Comissão Especial Externa, Deputada Lenir Rodrigues, requerendo prorrogação de prazo por igual período desta Comissão Especial Externa.

Carta convite s/n, de 08/07/15, da Câmara dos Deputados, em nome do Deputado Federal Moroni Torgan, convidando para reunião da Frente Parlamentar para a Liberdade Religiosa, no dia 11/08/15, às 10:30h, no Auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados em Brasília/DF.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (**Francisco Mozart**) – Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário (**Naldo da Loteria**) – (Procedida à chamada).

O Senhor Deputado **Izaías Maia** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, eu queria somente me referir às autoridades que estão preocupadas com a educação no Estado de Roraima. Ontem, coloquei uma matéria no programa Barra Pesada, onde membros, que fazem parte da comissão dos professores, já anunciam novamente greve a partir de segunda-feira. O problema maior é que os professores estão reivindicando os seus direitos e, o Governo do Estado, segundo informações, está tentando resolver o problema, mas os professores dizem que nada está sendo feito. O resultado de tudo isso é que poderá haver mais uma greve na educação. O problema é que o aluno não tem como se defender, o pai do aluno não tem como se defender. Há um embate com o Governo do Estado porque um quer e o outro diz que não pode dar; um diz que está dando e o outro diz que não chegou nada. É muita conversa, não sabemos quem está falando a verdade. Mas, é simples resolver, fez a reivindicação, pode atender? Pode. Não tem como atender? Diz que não pode. É que, do jeito como está, fica um jogo de informações mentirosas, então pode acontecer que, se a família do aluno fizer uma programação para o final do ano para

alguém da família fazer uma cirurgia, o pai, a mãe tiver que acompanhar, o cara irá morrer. E o que vai acontecer? Devido à paralisação de um mês, dois meses da educação do Estado de Roraima, teremos que repor as aulas, ou seja, o aluno não tem como se defender, o pai do aluno também não tem como se defender. O Governo comunica ou fica nessa luta dizendo que nada pode ser feito? Então, eu queria pedir a todos os parlamentares que estão aqui e a todos que tenham a preocupação com a nossa educação, para lutarmos juntos, visando ouvir uma autoridade da educação para vir aqui dizer a verdade: professores, não temos condições de fazer nada. Acabou a conversa. Porque é um desencontro de informações, muitas informações mentirosas. Por exemplo, ontem eu coloquei um representante da classe dizendo que podem se preparar porque segunda-feira haverá greve por tempo indeterminado, ou seja, um novo alerta. Então, eu queria pedir aos demais parlamentares para tentarmos ouvir a Secretária de Educação ou sua Excelência, a Governadora, para tentarmos saber se o Governo do Estado está tentando fazer alguma coisa para resolver. A Governadora vai dizer que sim, mas se imediatamente conversarmos com o representante da Secretaria de Educação vai dizer que não, que é só conversa fiada. Então, é esse tipo de atitude que temos que tentar evitar, porque no final de tudo a educação para, os professores cruzam os braços, e os penalizados são os alunos, os pais que não podem programar nada para as férias. A consequência das greves que acontecem são as paralisações, do trabalho, as aulas terão que ser repostas, e você não vai embora para qualquer lugar fazer alguma coisa, deixando seu filho sozinho, muitos até menores de idade. Então, está na hora de nos unir, enquanto parlamentares e a sociedade de uma forma geral. Volto a dizer, eu não tenho acordo político com governo, com prefeitura, com ninguém, mas se precisamos nos organizar, vamos fazer. Se der errado, pelo menos tentamos acertar. Não pode é ficar essa situação de mentiras, enganando o povo, pois quem sai perdendo é o aluno, é o pai do aluno, porque ficamos entre o governo e as classes que exigem seus direitos. Que haja união pela educação Estado de Roraima. Muito obrigado.

O Senhor Presidente (**Francisco Mozart**) – Não havendo mais nenhum orador inscrito para o Grande Expediente, passamos para a Ordem do Dia, com a discussão e votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 69/13, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de inclusão de atração voltada para o público gospel nos eventos que especifica, e dá outras providências”, de autoria do Deputado Jean Frank; do Projeto de Lei nº 27/14 que “Dispõe sobre a realização de blitz no território estadual”, e dá outras providências; de autoria do Deputado **Mecias de Jesus**; do Requerimento nº 047/15, requerendo prorrogação de prazo por igual período da Comissão Especial Externa, que foi criada com o objetivo de realizar estudos sobre a reforma política, de autoria do Senhor Deputado Soldado Sampaio; do Requerimento nº 048/15, requerendo a realização de uma Sessão Solene alusiva ao Centenário da Implantação da Igreja Assembleia de Deus em Roraima –IEAD-RR, de autoria do Senhor Deputado Mecias de Jesus; do Requerimento nº 049/15, requerendo a prorrogação de prazo por igual período, da Comissão Especial Externa, que foi criada com o objetivo de acompanhar o Processo de opção do pessoal, alcançado pela MP nº 660, junto aos órgãos do Governo do Estado e da União, de autoria da Senhora Deputada Lenir Rodrigues; e Requerimento nº 050/15, requerendo a transformação da Sessão Plenária do dia 11 de agosto, às 10 horas, em Comissão Geral, momento em que esta Casa Legislativa estará recebendo Comitiva de Parlamentares do Estado de Santa Catarina para debater matéria relativa ao Pacto Federativo e ao poder de legislar sob determinadas matérias pelos Legislativos Estaduais, de autoria de vários Deputados.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Requerimento nº 047/15, requerendo prorrogação de prazo por igual período da Comissão Especial Externa, que foi criada com o objetivo de realizar estudos sobre a reforma política, de autoria do Deputado Soldado Sampaio.

O Senhor Primeiro-Secretário (**Naldo da Loteria**) – (Lido o Requerimento nº 047/15).

O Senhor Presidente (**Francisco Mozart**) – Coloco em discussão o Requerimento nº 047/15. Não havendo nenhum Deputado que deseje discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação será simbólica, os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. Aprovado.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à leitura do Requerimento nº 048/15, requerendo a realização de uma Sessão Solene alusiva ao Centenário da Implantação da Igreja Assembleia de Deus em Roraima –IEAD-RR, de autoria do Senhor Deputado Mecias de Jesus.

O Senhor Primeiro-Secretário (**Naldo da Loteria**) – (Lido o Requerimento nº 048/15).

O Senhor Presidente (**Francisco Mozart**) – Coloco em discussão o Requerimento nº 048/15. Não havendo nenhum Deputado que deseje discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação será simbólica, os

Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. Aprovado.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à leitura do Requerimento nº 049/15, requerendo a prorrogação de prazo por igual período, da Comissão Especial Externa, que foi criada com o objetivo de acompanhar o Processo de opção do pessoal alcançado pela MP nº 660 junto aos órgãos do Governo do Estado e da União, de autoria da Senhora Deputada Lenir Rodrigues.

O Senhor Primeiro-Secretário (**Naldo da Loteria**) – (Lido o Requerimento nº 049/15).

O Senhor Presidente (**Francisco Mozart**) – Coloco em discussão o Requerimento nº 049/15. Não havendo nenhum Deputado que deseje discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação será simbólica, os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. Aprovado.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à leitura do Requerimento nº 050/15, requerendo a transformação da Sessão Plenária do dia 11 de agosto, às 10 horas, em Comissão Geral, momento em que esta Casa Legislativa estará recebendo Comitiva de Parlamentares do Estado de Santa Catarina para debater matéria relativa ao Pacto Federativo e ao poder de legislar sob determinadas matérias pelos Legislativos Estaduais, de autoria de vários Deputados.

O Senhor Primeiro-Secretário (**Naldo da Loteria**) – (Lido o Requerimento nº 050/15).

O Senhor Presidente (**Francisco Mozart**) – Coloco em discussão o Requerimento nº 050/15. Não havendo nenhum Deputado que deseje discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação será simbólica, os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. Aprovado.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à verificação de quórum para deliberação das demais matérias.

O Senhor Primeiro-Secretário (**Naldo da Loteria**) – Senhor Presidente, há 11 Deputados em Plenário. Não há quórum regimental.

O Senhor Presidente (**Francisco Mozart**) – Não havendo quórum regimental para deliberação das matérias, transfiro as demais matérias constantes na Ordem do Dia para a próxima Sessão.

Passamos, agora, para o Expediente de Explicações Pessoais.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Senhor Presidente, ontem, na reunião ordinária da Comissão de Educação, foi deliberado que nós teremos Audiência Pública da educação escolar indígena, dia 10.08, segunda-feira, às 15h, no Plenário desta Casa.

O Senhor Presidente (**Francisco Mozart**) – Não havendo nenhum Deputado que deseje fazer uso da palavra no Expediente de Explicações Pessoais e não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a Sessão e convoco outra para o dia 11 de agosto, à hora regimental.

Registraram a presença, no painel, os Senhores Deputados: **Angela A. Portella, Coronel Chagas, Evangelista Siqueira, Francisco Mozart, Gabriel Picanço, Izaías Maia, Jânio Xingu, Jorge Everton, Lenir Rodrigues, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Odilon Filho, Oleno Matos, Valdenir Ferreira e Zé Galetto.**

Ata Sucinta Aprovada em: 11/08/2015

DAS COMISSÕES

COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA, CRIADA NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO N.º 005/15, ALTERADA PELA RESOLUÇÃO N.º 014/15.

11ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA EM
14 DE ABRIL DE 2015

Aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze, às quinze horas e vinte minutos, na Sala de Reuniões, nos altos do Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Parlamentar, sito à Praça do Centro Cívico, 202, reuniu-se extraordinariamente, a Comissão Especial Externa, criada nos termos da Resolução nº 005/15, com a finalidade de “**Acompanhar a elaboração de Planos Emergenciais no Sistema Prisional do Estado de Roraima e na Rede Pública de Saúde do Estado de Roraima**”, Sob a presidência da Senhora Deputada **Lenir Rodrigues**, com a presença da Vice-Presidente, Deputada **Angela Águida Portella**; Relator, Deputado **George Melo**; e Membros, Deputados: **Oleno Matos e Odilon Filho, ausentes os Senhores Deputados: Izaías Maia, Zé Galetto e Odilon Filho.** Por determinação da Presidência da Comissão, a Ata será transcrita na íntegra.

I – **ABERTURA DA REUNIÃO**

A Senhora Presidente **Deputada Lenir Rodrigues** - Havendo “**quorum**” regimental e invocando a proteção de Deus, declaro abertos os trabalhos desta Comissão. Solicito à Secretária desta Comissão que faça a leitura da Ata da Reunião anterior.

II – **LEITURA DA ATA.**

O Senhor Deputado **George Melo** - Solicito a dispensa da

leitura da Ata, tendo em vista a distribuição de cópias, com antecedência, a todos os membros da Comissão para conhecimento do seu teor.

A Senhora Presidente **Deputada Lenir Rodrigues** - Coloco a Ata em discussão. Não havendo nenhuma retificação por parte dos Membros, em votação, informo que a Ata foi aprovada pelos Senhores Membros presentes na Comissão.

III - EXPEDIENTE

Não houve

III – ORDEM DO DIA

Não houve.

A Senhora Presidente Deputada **Lenir Rodrigues** – Atendendo à Convocação desta Comissão, encontra-se nas dependências desta Casa, o Excelentíssimo Senhor **Josué dos Santos Filho**, solicito que o mesmo seja conduzido a esta sala, informo ao Senhor Josué dos Santos Filho, que as informações prestadas a esta Comissão, por Vossa Excelência, são de sua inteira responsabilidade, havendo informações falsas ou, sua recusa em prestá-las, vossa Excelência poderá ser penalizado com o disposto na lei. Queremos dar as boas vindas a esta Casa ao Senhor Secretário **Josué dos Santos Filho**, como já é de seu conhecimento, tendo em vista, que esta Comissão fez uma visita cordial, no início dos nossos trabalhos à sua Secretaria, estamos finalizando os trabalhos tendo em vista que vamos ouvi-lo para que o Senhor Relator Deputado **George Melo**, possa fazer suas conclusões, através do Relatório a ser apresentado a esta Comissão. Senhor Secretário, os processos que foram feitos através do Processo Emergencial, foram instruídos através da Lei oito mil, meia, meia, barra noventa e três? Ou seja, houve a razão da escolha do fornecedor ou do executante, justificativa de preço e os documentos de aprovação dos Projetos de pesquisa para serem alocados recursos para obtenção dos itens?

O Senhor Secretário de Justiça e Cidadania **Josué dos Santos Filho** – Primeiramente, boa tarde senhores deputados, quero manifestar a justificativa para minhas ausências nas duas convocações anteriores, os senhores devem ter recebido as justificativas, foram compromissos anteriormente assumidos e o segundo, foi uma convocação de muito interesse para nós de Roraima e da SEJUC – Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, por isso, não pude comparecer, hoje, estou aqui para prestar os esclarecimentos que forem necessários. Com relação ao questionamento, é preciso esclarecer que até agora, o único processo que foi dado continuidade em caráter emergencial, apesar de Decreto de Emergência, foi o da alimentação, todos os outros processos, em virtude de um Decreto de contingenciamento do orçamento de cinquenta por cento de todas as Secretarias e além, do posicionamento da SEGESP, não iniciamos nenhum outro processo emergencial, amanhã, vai haver uma reunião e quatro processos nossos, estarão lá para serem aprovados em caráter de emergência que dizem respeito ao kit higiene, colchões, cadeados e material de segurança para os agentes. Com relação ao processo de alimentação, o único que temos em caráter emergencial, todos os procedimentos, a meu ver, foram corretos, até porque não temos CPL – Comissão Permanente de Licitação, independente na SEJUC, foram realizados pela CPL do Estado e este processo já é objeto de fiscalização, já se encontra em Poder do MPC - Ministério Público de Contas, do MPE - Ministério Público Estadual, da Promotoria de Defesa do Patrimônio Público, bem como do TCE - Tribunal de Contas do Estado, através do Relator Conselheiro Marcus Holanda, há mais de vinte dias que esses processos se encontram com esses órgãos de fiscalização, acredito... parece-me que existe um procedimento no MPE, com relação a alguns questionamentos que nos fizeram e que já foram encaminhados, salvo melhor juízo, todos os procedimentos legais foram cumpridos.

A Senhora Presidente Deputada **Lenir Rodrigues** – Se a SEJUC não tem CSL – Comissão Setorial de Licitação, tudo vai para CPL do Estado, gostaria de saber se no processo licitatório com o emergencial a ser licitado, também, é aberto um processo normal paralelo?

O Senhor Secretário de Justiça e Cidadania **Josué dos Santos Filho** – Esse processo está correndo desde o início, parece-me que esta na fase..., já teve a cotação e brevemente será publicado o edital, esse processo nosso é de até seis meses, o processo da alimentação, isso quer dizer, que quando o processo estiver concluído vai ser licitado.

A Senhora Presidente Deputada **Lenir Rodrigues** – Falando sobre o processo de alimentação, já ouvimos outras pessoas aqui, inclusive a dona Edilaci da SEJUC. O senhor tem conhecimento se houve uma cotação de preço antes da contratação da empresa que atualmente presta serviço no fornecimento de alimentação?

O Senhor Secretário de Justiça e Cidadania **Josué dos Santos Filho** – Salvo me engano, acho que houve.

A Senhora Presidente Deputada **Lenir Rodrigues** – O senhor não tem certeza?

O Senhor Secretário de Justiça e Cidadania **Josué dos Santos Filho** – Não tenho certeza, não tenho muito acesso ao processo, mas é quase certeza que houve, até porque tem que haver, mas houve, houve.

A Senhora Presidente Deputada **Lenir Rodrigues** – Estou comparando, é quase uma acareação, não é uma acareação porque ela não se encontra aqui, mas estou comparando com o depoimento dela que esta aqui nos autos e gravado na Casa. Qual foi o critério utilizado para a contratação da empresa MA Rodrigues de Barros, já que o senhor é o Secretário, no entanto o Presidente da Comissão de licitação é outra pessoa?

O Senhor Secretário de Justiça e Cidadania **Josué dos Santos Filho** – O Critério que particularmente utilizei na contratação da atual empresa, foi realmente observar se ela tinha condições de assumir naquelas condições, todo aquele imbróglgio, porque nós sabíamos e sabemos em que acarretaria, se uma outra empresa que não tivesse estrutura para garantir emergencialmente, porque foi emergencial, em menos de doze horas, teve que fornecer café, almoço e jantar, então, a preocupação foi essa, fizemos o levantamento dos que se apresentaram e, a que apresentou na oportunidade, melhor estrutura e condições de, fornecer alimentação como nós necessitávamos, foi a que está prestando atualmente o serviço.

A Senhora Presidente Deputada **Lenir Rodrigues** – Dona Edilaci Wanderley Ribas Reis, quando esteve aqui, declarou que esse processo emergencial, não foi feito o processo licitatório porque o sistema não estava aberto, segundo ela para se fazer o procedimento licitatório, o sistema tem que estar aberto para tirar o PED e ter dinheiro para poder se fazer o PED, quem é da gestão sabe que não é bem assim, pode ser aberto e depois com a justificativa colocar o PED, por isso que lhe perguntei sobre a contratação da empresa M A Rodrigues de Barros, para saber se o senhor teve como comparar os preços com outras empresas.

O Senhor Secretário de Justiça e Cidadania **Josué dos Santos Filho** – Sim, até porque nós tínhamos outro contrato da empresa de alimentação, uma empresa de São Luis do Anauá que presta serviços lá, os valores que foram colocados lá, não foram aleatórios, teve todo um estudo e comparamos com a empresa que, há mais de um ano, prestava serviço da mesma espécie para unidade de São Luis e, os valores ficaram equiparados, mesmo a contratação sendo um ano posterior ao contrato anterior, os valores..., inclusive no café e na ceia, me parece que até o atual é menor, teve esse parâmetro, com relação a questão formal de não poder fazer a licitação porque o sistema não estava aberto, legalmente, em termos emergenciais pode sim, foi feito dessa forma, depois foi colocado as certidões e a justificativa, consta nos autos porque foi aberta a licitação sem que o sistema tivesse aberto.

A Senhora Presidente Deputada **Lenir Rodrigues** – Considerando a quantidade de alimentação servida pela empresa, gostaria de saber se ela apresentou o atestado de capacidade técnica.

O Senhor Secretário de Justiça e Cidadania **Josué dos Santos Filho** – Se não me engano ela apresentou um atestado de capacidade técnica da base aérea, consta inclusive nos autos.

A Senhora Presidente Deputada **Lenir Rodrigues** – O senhor sabe precisar quando a empresa M A Rodrigues começou a prestar o serviço de alimentação para as unidades?

O Senhor Secretário de Justiça e Cidadania **Josué dos Santos Filho** – Como um serviço indenizatório foi a partir do dia vinte e um ou dezoito de janeiro, restou dez dias até que o processo licitatório foi finalizado, foi pago dez dias como indenização pelo serviço prestado.

A Senhora Presidente Deputada **Lenir Rodrigues** – Então foi vinte e um de janeiro?

O Senhor Secretário de Justiça e Cidadania **Josué dos Santos Filho** – ou dezoito ou vinte e um, vinte dias depois que nós..., porque a empresa encerrou o contrato no dia dezoito de dezembro, ela comunicou que iria ficar só até o dia trinta de janeiro, mas não ficou até o final, ficou somente até o dia dezoito de janeiro, se não me engano.

A Senhora Presidente Deputada **Lenir Rodrigues** – A partir do momento que a empresa começou a prestar os serviços, os senhores consideraram dentro do autos do processo emergencial ou, como os autos não estavam lá, houve os tramites para Controladoria, para PROGE, para os pareceres devidos ou, foi considerado esse período para fazer os pagamentos por indenização e, a partir do momento que os autos estivessem prontos, pelo processo emergencial?

O Senhor Secretário de Justiça e Cidadania **Josué dos Santos Filho** – Não, os primeiros dez dias, foram por indenização porque não havia nenhum processo, mas antes, já tínhamos o distrito da empresa e já estávamos trabalhando no processo licitatório, se a empresa não tivesse se retirado, deixando de fornecer o processo, não teria sido em caráter

emergencial e sim, em licitatório normal, porque estávamos trabalhando para isso, só que fomos pegos de surpresa e por força da situação, tivemos que contratar, esses dez dias de indenização e após, o processo já estava correndo e aí, passou a ser emergencial.

A Senhora Presidente Deputada **Lenir Rodrigues** – Essa empresa apresentou calção de outras empresas para poder fornecer os alimentos?

O Senhor Secretário de Justiça e Cidadania **Josué dos Santos Filho** – Me parece que apresentou a questão do seguro, não tenho certeza, até porque, não somos nós, a licitação e feita pelo..., embora tenhamos obrigatoriamente de conhecer todo o...

A Senhora Presidente Deputada **Lenir Rodrigues** – E a cotação de preço foi feita na SEJUC ou na CPL?

O Senhor Secretário de Justiça e Cidadania **Josué dos Santos Filho** – Se não me engano, foi feita por nós, parece-me que foi feita pelos dois, se não estou enganado, constam cinco cotações, não sei.

A Senhora Presidente Deputada **Lenir Rodrigues** – Senhor Secretário, quando a Governadora fez o Decreto, nomeou o Grupo de Trabalho Multissetorial, inclusive é o Tenente Coronel Francisco de Oliveira Borges, presente aqui, seja bem vindo na Comissão, o seu Secretário Adjunto que ficou responsável pelo plano, gostaria de saber se fisicamente e em que data o senhor recebeu o Plano já que o Decreto determina quinze dias para o Grupo de Trabalho Multissetorial entregar este Plano?

O Senhor Secretário de Justiça e Cidadania **Josué dos Santos Filho** – O Plano consta que sua execução já esta praticamente concluída, mas uns trinta ou quarenta dias, estaremos em condições de apresentar.

A Senhora Presidente Deputada **Lenir Rodrigues** – O Senhor teria condições de nos encaminhar em dois dias uteis a cópia desse Plano?

O Senhor Secretário de Justiça e Cidadania **Josué dos Santos Filho** – Sim.

A Senhora Presidente Deputada **Lenir Rodrigues** – Muito bem, passo a palavra ao Senhor Relator deputado George Melo.

Senhor Relator Deputado **George Melo** – Senhor Secretário, eu estava observando que esses contratos são todos continuáveis e inexplicavelmente, foram cancelados aqui, em São Luis, inclusive o Deputado Gabriel Picanço, moveu terras e montanhas para que esses contratos não parassem e para surpresa, os contratos pararam, a empresa anterior, recebia sete reais e trinta e cinco centavos, foi para doze reais e trinta e cinco centavos, hoje um “PF” em qualquer lugar de Boa Vista custa menos de dez reais, ora, se vão entregar por dia cinco mil... se comprarmos um determinado objeto, dependendo da quantidade o preço cai e não foi isso que aconteceu, até poderia entender que a empresa anterior, estava com o preço muito abaixo, mas que fosse aumentado para oito reais, o senhor é advogado, conhece muito bem essa questão da quantidade, gostaria que o Senhor explanasse, tendo em vista que a Lei oito mil, seiscentos e sessenta e seis não aceita que pura e simplesmente, um Decreto funcione, você pode até fazer em um processo de emergência que não foi o caso, digamos que houve uma catástrofe e as duas empresas desistiram e mesmo com o processo do Decreto, teria que estar concomitantemente acompanhado do processo Licitatório, como contador, eu entendo dessa forma, gostaria que o Senhor expusesse seu entendimento sobre minhas colocações.

O Senhor Secretário de Justiça e Cidadania **Josué dos Santos Filho** – Não entendi sobre os distratos das empresas que fornecem...nós não rompemos nenhum contrato, o contrato que havia aqui na capital, não fomos nós nem o governo que rompeu, foi a empresa, por falta de pagamento e condições de entregar em função também do preço.

O Senhor Relator Deputado **George Melo** – Em menos de trinta dias, os senhores receberam esse documento?

O Senhor Secretário de Justiça e Cidadania **Josué dos Santos Filho** – Quando assumimos, a empresa já havia feito o distrato, antes de nós em dezembro.

O Senhor Relator Deputado **George Melo** – E em São Luis?

O Senhor Secretário de Justiça e Cidadania **Josué dos Santos Filho** – Em São Luis, continua a mesma empresa prestando serviço, nós não fizemos nenhum distrato, continua a mesma empresa, me parece que o contrato, vai até outubro ou novembro desse ano, não foi desfeito nenhum contrato, continua o mesmo contrato, tanto é que foi esse contrato que serviu de parâmetro na questão de preços, porque uma coisa que não se fala, é que a empresa que rompeu o contrato, estava à três ou quatro meses sem receber, me parece que era algo em torno de quatro milhões de reais para receber, não só da SEJUC, como também, me parece que da Educação. Na SEJUC, além da questão do Preço, a

empresa estava reclamando, porque o seu contrato era de dois mil e dez e alegava que existem lá os documentos, que no próximo ano iria ser aditiva, após o pagamento iria ser aditivado o procedimento da empresa, isto esta provado, tem o relatório do Ministério Público, auditoria do DEPEM, Juíza da Execução Penal, enfim, todos os órgãos reclamaram disso, a quantidade que era servido era insuficiente, eram mil e quinhentas marmitas e a empresa entregava mil, a quantidade e o peso nunca foi colocado, não tem nenhuma foto ou certidão atestando que entregavam mais de seiscentas gramas na marmita, eram marmitex de alumínio, o feijão era servido em um saco, tudo isso esta no processo, foi exigência nossa e da própria Juíza da Execução Penal e do Ministério Público que adequassem a embalagem, que ela fosse feita de isopor, encarecendo mais, tendo em vista que era em isopor que teria que ser entregue, acabou o negócio de saco, de garrafão, agora, é em garrafa térmica, tanto do suco, como do leite, enfim, com relação ao preço, temos convicção que o preço esta justo, porque é muito diferente ir bem ali comprar um marmitex na feira ou, não sei onde, do que você receber em domicílio a vinte quilômetros de sua casa, esse é um ponto, não vou entrar nesse mérito, porque não compete a mim, quem tem..., foi feito um certame, o processo esta sendo apurado e se houve algum exagero com relação ao valor, será detectado, mas a planilha o acompanhamento da atualização, me parece, que era o IPCMS quem atualizava, irá dar um pouco maior, é o que eu já estou sabendo.

Senhor Relator Deputado **George Melo** – Quando nós fizemos uma visita de cortesia à SEJUC, lembro que foi falado sobre alguns serviços que estavam sendo realizados lá dentro, tivemos a oportunidade de conversar com o Secretário de Infraestrutura o ex Deputado Flamarion Portela e, ele nos disse que não havia nenhuma licitação em tramitação e nenhum serviço, gostaria que o senhor explanasse como conseguiu fazer esses serviços de reforma, sem que esse processo fossem aberto, sem mecanismos técnicos para que fosse feitos esses serviços.

O Senhor Secretário de Justiça e Cidadania **Josué dos Santos Filho** – Realmente, o Secretário Flamarion esta com a razão, não existia, hoje existe, estão iniciando vários processos com relação a reforma ampliação e construção de uma unidade nova com verba federal e, conclusão das que existem, realmente, nós operamos milagres, um dos responsáveis que esta aqui a meu lado, Coronel Borges, nós não tínhamos a menor possibilidade de fazer as reformas que queríamos, pelo menos aquelas mias emergenciais, fizemos convênios com vários órgãos para ministrar cursos profissionalizantes, principalmente o SENAI, na terceira etapa, foi realizado cursos na área de construção civil, pedreiro, pintura e ao invés de ficar fazendo e destruindo, conseguimos cimento e tijolo, a própria entidade fez doações, então conseguimos pintar e restaurar muita coisa na SEJUC, sem nenhum processo e sem nenhum ônus para o estado, tanto é, que hoje, ali onde foi destruído esta tudo pintado, as paredes reformadas, estamos tentando para próxima etapa que seja na escola que já funciona lá dentro, vamos reparar algumas coisas que foram destruídas. Na área de construção tudo através desses cursos do SENAI, agora estamos iniciando um processo porque tivemos a promessa que vai haver recursos federais para ampliação e conservação da PAMC, também já foi aberto, o procedimento para construção de uma nova unidade, não abriu só para o Estado de Roraima e sim, para todo o Brasil, nós já nos inscrevemos, mas o processo licitatório que existe hoje na SEJUC, são esses cinco que falei aqui, já deve estar saindo as publicações.

O Senhor Relator Deputado **George Melo** – Secretário, fiquei encantado com sua explanação, os senhores conseguiram melhorar a alimentação os alojamentos, mas o que está acontecendo, por que há esse exagero de fuga essa pressão em cima da população com relação ao presídio? Há pouco, esteve o comandante da PM aqui e disse que tem que ser colocado mais efetivo lá porque os presos estão querendo sair, apesar de tudo isso de bom que foi feito, porque esta havendo essa pressão, o que esta havendo? Explique-me o que é isso, se é o crime organizado, porque a população ordeira esta em pânico, sei que o senhor é uma pessoa integra e queria que nos informe o que esta acontecendo.

O Senhor Secretário de Justiça e Cidadania **Josué dos Santos Filho** – Em primeiro lugar, as condições desumanas em que eles se encontravam há mais de dois anos, estavam abandonados.

O Senhor Relator Deputado **George Melo** – Mas mudou.

O Senhor Secretário de Justiça e Cidadania **Josué dos Santos Filho** – Estavam abandonados, essa distensão e correção para acabar com a tenção que havia lá, não ocorre de um dia para o outro, nós discordamos, depois que assumimos, me parece que nesses mais de cem dias, houveram doze fugas, não houve nenhuma rebelião ou motim e manifestação de nada com relação ao sistema e as condições que estão lá, já recapitulamos mais de sessenta foragidos do sistema,

tiramos das ruas e estão lá, nós passamos nesses últimos sessenta dias, principalmente nesses últimos quinze dias, vou apresentar para vocês, houve a semana inteira, o mês inteiro, todos os dias, atividades na unidade prisional, se os senhores forem lá, na parte da manhã, não irão acreditar que aquilo lá, é um presidio e, sim a PAMC tão temida porque é movimento em todas as posições, cursos profissionalizantes em dois ou três lugares diferentes, são quinhentos reeducandos matriculados e frequentando a escola lá dentro, o nível de todos os professores que estão lá e suas qualificações, a menor deles é pós graduado, enfim, temos farmácias lá dentro, atendimento médico, odontológico lá dentro, bem como, na penitenciária feminina, onde concluímos atendimento médico, odontológico e jurídico, fizemos mutirão jurídico, não tem ninguém com o procedimento atrasado. Estamos fazendo todas as semanas, em todas as áreas, não há nenhum detendo, não importando o regime, que não esteja recebendo atenção e a humanização, nós não estamos fazendo nenhum favor e sim cumprindo o que a lei determina, simplesmente cumprindo a Lei de Execução Penal, fomos nomeados para isso, nós passamos para todos os órgãos de comunicação, o comunicado que desde o dia dezesesseis de março, encerrando no dia vinte e quatro de abril, que todas as alas estão recebendo palestras sobre drogas, com especialistas de Roraima, palestras sobre AIDS, lazer, corte de cabelo, assistência jurídica, todos estão sendo vacinados, não conseguimos ainda os testes rápidos de HIV, porque o Ministério não disponibilizou mas na próxima campanha que iremos realizar em maio, juntamente com a OAB, os testes já vão estar disponibilizados. Teste de glicemia, exames de escarro, tudo isso foi feito e, no próximo dia dezesete, os senhores estão convidados, a partir das quatorze horas, iremos realizar tudo de novo em outra ala, terminando no dia vinte e quatro de abril, esse tipo de assistência, está sendo dada as condições na cela onde ficam trancados ou banho de sol..., uma coisa que fizemos que não só os familiares como todos eles, estão agradecidos, é com relação à humanização e o respeito a visita, porque todo mundo um dia poderá ter um parente seu lá e terá que visita-lo e, não poderá passar pela revista constrangedora que passava, corremos alguns riscos de entrar alguns equipamentos lá, mas pelo respeito à pessoa humana, no meu entendimento, de outros não, é mais valoroso, então a visita, que era para ter o contato lá às nove ou dez horas com o seu familiar, em função da revista, o contato só era possível às onze horas, passavam somente duas horas, agora não, a visita acontece às nove horas, tendo um tempo maior, então, muita tensão e coisa que estava lá, distendeu em função disso, coloquei essas questões aqui para dizer...algum de vocês tomou conhecimento disso através da imprensa? Ninguém tomou, nós estamos em todos os municípios, já fizemos três ou quatro municípios, criando os Conselhos Municipais de Prevenção de Drogas com palestras, hoje no Cantá ou foi no Amajari, mais de quatrocentas pessoas mobilizadas, assistindo às palestras da SEJUC, isso não é comunicado em nenhum lugar na imprensa, antontem, por infelicidade, lamentamos, um presidiário suicidou - se, há noventa por cento de certeza que foi suicídio, deu primeira página no jornal, foi manchete em todas as rádios e televisão, em parte, não estou culpando a imprensa em divulgar, cada um escolhe o que quer divulgar e não é só aqui em Roraima, não há essa... e nós buscamos, eu gosto da imprensa, acredito que não há essa... no nosso entendimento, é o seguinte, falta tudo, mas acho que já deu uma acalmada.

O Senhor Relator Deputado **George Melo** – Com relação a esses folders, acho interessante, porque o governo paga muito caro para pessoas ficarem em redes sociais, inclusive, na hora de trabalho e essas pessoas poderiam estar divulgando isso aqui, daria muito mais resultado do que ficar falando mal dos outros, se o governo se preocupasse em trabalhar e não ficar denegrindo os inimigos, provavelmente isso não estaria acontecendo. Hoje, vimos o Vice-Governador brigando com a Governadora, se distanciando, gostaria que os senhores Secretários, tivessem mais unidade, fiquei assustado, quando vi o Comandante da PM aqui no Plenário, falar do estado de terror que se encontra a PA e o senhor nos fala isso aqui, vou convocá-lo para que passemos uma manhã aqui conversando sobre a tranquilidade que se encontra nosso Estado, quero lhe parabenizar... O Senhor Secretário de Justiça e Cidadania **Josué dos Santos Filho** – Veja bem, eu não estou falando que o Estado está uma tranquilidade, eu estou dizendo que a distensão, aquele clima que havia na PA, não existe mais, claro que todos os dias há tentativas de fuga, temos em média de vinte a trinta por cento, dos que estão lá, buscando todos os dias, uma forma de sair, de sobreviver, enfim, temos setenta por cento querendo cumprir sua pena e nós cumprindo o que a Lei de Execução Penal diz, agora, a opinião do Comandante da PM externada aqui na Assembleia, não ouvi, não tomei conhecimento, não quer dizer que ele é o dono da verdade, acho que hoje, quem fala do Sistema Prisional aqui no Estado

com segurança do que realmente está sendo feito e o que será feito, somos nós que estamos à frente, respeitamos a opinião dele, mas deve ser..., ele tem sofrido..., isso é uma preocupação do governo porque dez por cento da população, do quadro da PM, é ocupado pelo Sistema Prisional, é uma preocupação nossa, fazer com que esse pessoal que esta sendo ocupado com a vigilância externa, nas guaritas saiam de lá e realizem outro tipo de policiamento, infelizmente ainda não temos condições de liberar a vigilância externa, como todos sabem, a quantidade de agentes que temos é pouca, foram jogados lá sem nenhum treinamento, qualificação ou curso e a coisa ficou como está, mas já estamos providenciando cursos para que assumam sua missão que é cuidar do Sistema Prisional.

O Senhor Relator Deputado **George Melo** – Para finalizar, gostaria que nos mostrasse tecnicamente, para que possamos colocar no nosso Relatório, como foi conseguido todas as mudanças que ocorreram lá na construção do anexo, pintura, para que pudéssemos fechar o Relatório Final. Sugiro que a presidência desta Comissão dê um prazo, para que essas informações cheguem a esta Comissão para que possamos analisar.

O Senhor Secretário de Justiça e Cidadania **Josué dos Santos Filho** – Qual material?

O Senhor Relator Deputado **George Melo** – A construção do anexo, pintura e os serviços que foram feitos dentro do Presídio.

O Senhor Secretário de Justiça e Cidadania **Josué dos Santos Filho** – Não foi construído anexo.

O Senhor Relator Deputado **George Melo** – Não tem nada?

O Senhor Secretário de Justiça e Cidadania **Josué dos Santos Filho** – Anexo não, o que foi feito, foi em relação a manutenção, pequenos reparos foram feitos da forma que lhe falei por meios dos cursos e tal.

O Senhor Relator Deputado **George Melo** – Foi o SENAI que fez isso para vocês?

O Senhor Secretário de Justiça e Cidadania **Josué dos Santos Filho** – Nós fizemos o Convênio para cursos de pedreiro e de pintura e aproveitamos, em vez de derrubar e edificar com a mão de obra lá, ensinando construir, levantar a parede e derrubar, fomos mais práticos fizemos nos ambientes onde precisavam.

O Senhor Relator Deputado **George Melo** – Satisfeito, senhora Presidente.

O Senhor Secretário de Justiça e Cidadania **Josué dos Santos Filho** – Mas eu posso encaminhar o relatório junto com...

A Senhora Presidente Deputada **Lenir Rodrigues** – Senhor Secretário, em um determinado momento o Senhor nos disse que na sua gestão não houve rebelião, nós assistimos em âmbito nacional uma rebelião, inclusive, com decapitação de detendo, como o Senhor vê essa situação?

O Senhor Secretário de Justiça e Cidadania **Josué dos Santos Filho** – Ali não foi rebelião e sim, um ato isolado, tanto é, que quando a imprensa esteve lá, todos os detentos se encontravam em suas celas, todos trancados, não havia nenhuma movimentação, tanto que para ir até a última ala..., eu estava lá, quem comandou foi o adjunto, a força nacional não entrou, só entrou para fazer a vigilância e ver se havia mais mortes foi nossa própria equipe, não houve rebelião, já esta esclarecido, foi um acerto de contas entre duas ou três pessoas que já estavam há algum tempo com essa rixa que existe lá e nunca vai deixar de existir em nenhum presidio, rebelião nunca houve, tanto é que quando estávamos lá, eles gritavam das alas, “Nossas questões aqui não é contra o Estado, não é contra a direção, não é contra o Sistema, estamos sendo bem tratados, o que ocorre aqui é um acerto de contas nosso”, falaram para todo mundo ouvir, aquele exagero que foi mostrado no SBT, fiz questão de chamar toda a imprensa de Roraima, uma semana depois e a imprensa teve acesso a todas as alas da cadeia, onde eles disseram que o Estado não entrava, nós entramos e a imprensa entrou, então, ali foi mídia, no caso, do SBT.

A Senhora Presidente Deputada **Lenir Rodrigues** – Sobre a empresa de alimentação, quando a Senhora Edilaci Wanderley Ribas Reis esteve aqui, lhe perguntei se havia uma ordem de serviço e se a mesma tinha visto a ordem de serviço assinada, porque ela havia dito que os autos do processo não estavam prontos e que os mesmo estavam chegando naquele dia na SEJUC, então, não tinha contrato, não tinha nada, como gestora conheço e entendi que estavam fazendo o processo de traz para frente, então eu perguntei, “A Senhora viu a ordem de serviço assinada”? porque para uma empresa entrar em um setor público tem que haver uma ordem de serviço, um documento assinado para entregar ao diretor da unidade, quero saber, se essa ordem de serviço esta datada do dia vinte e dois de janeiro de dois mil e quinze e se eu sair agora daqui da Assembleia, vou encontrar essa ordem de serviço na penitenciária, casa do albergado e cadeia pública de Boa Vista? E ela me respondeu “Não tem essa ordem de serviço, como já existia a empresa que apresentou o

menor preço, ela já entrou diretamente na cozinha industrial para preparar e fornecer alimentação”, o Senhor confirma esse depoimento?

O Senhor Secretário de Justiça e Cidadania **Josué dos Santos Filho** – Ela pode até ter desconhecimento, mas teve uma ordem de serviço para empresa, foi assinada por mim, autorizando a empresa adentrar onde estava sendo feita a alimentação e uma ordem de serviço minha, comunicando a outra empresa para que a mesma, a partir daquele momento, já que ela estava retirando as coisas de lá, para que não retirasse mais nenhum equipamento da... sob pena de responder em função do que poderia ocorrer se a alimentação não fosse tal..., e que algum prejuízo material que eles pudessem vir a ter, em função disso, que nós iríamos ressarcir, esse documento, não sei se estar na SEJUC ou no processo, mas com certeza a empresa tem e a que saiu também tem esse documento, a ordem de serviço para adentrar no prédio, não foi para..., isso teve.

A Senhora Presidente Deputada **Lenir Rodrigues** – Exatamente isso que eu perguntei, se tinha. Na sua visão, considerando que a empresa entregou antes mesmo que os Senhores entrassem no governo, em dezembro, o senhor notou se realmente melhorou a qualidade da alimentação, quando nós visitamos Vossa Excelência, o senhor nos colocou sobre a questão da dignidade, da humanização, do tratamento dos presos, o senhor considera que isso tem contribuído para amenizar o problema junto aos presos?

O Senhor Secretário de Justiça e Cidadania **Josué dos Santos Filho** – Acho que é o somatório, mas a alimentação era um dos grandes gargalos que havia, primeiro, em função do atraso, segundo, em função da quantidade e, terceiro, da qualidade, hoje, você não ouve mais na imprensa e nem ouve mais dos agentes e nem dos educandos, dizer que ficou sem comer porque o outro tomou a comida dele, sabemos que, quem é defensor sabe que o cara toma do outro e o outro mais fraco não tem como reclamar, isso não acontece mais, porque vai uma quantidade..., não acontece assim..., porque toma, tem educandos que come duas ou três marmittas e ainda guarda para tarde, esses fracos, tem um SBI que é um serviço interno, que regula, sempre vai cem a mais para os fracos não ficarem sem alimentação, porque tem uns lá que comem bastante.

A Senhora Presidente Deputada **Lenir Rodrigues** – Com a palavra o Senhor Deputado **Oleno Matos**.

O Senhor Deputado **Oleno Matos** – Só para complementar, com relação à questão da alimentação que o senhor acabou de falar, sabemos que até pouco tempo atrás, era uma constante a reclamação sobre a falta de alimentação para todos, a comida que muitas vezes chegava estragada e hoje essa reclamação por parte dos apenados não acontece mais?

O Senhor Secretário de Justiça e Cidadania **Josué dos Santos Filho** – Não existe mais, porque lá é o seguinte, existe um boletim que é registrado toda ocorrência, seja com relação a alimentação, oficial de justiça, advogado, defensor, enfim, todos que acessam lá e que tem alguma coisa que não esta dentro da normalidade, é feito uma ocorrência e, essa ocorrência é comunicada ao DESIP para ser informado, tínhamos em média, de trinta a quarenta ocorrências semanais, somente da alimentação, está com sessenta dias que não me recordo de ter recebido nenhuma com relação a quantidade, qualidade e atraso da comida, para não dizer nenhuma, teve um dia que ocorreu em função de um acidente que houve e o carro não tinha como passar, mas já estamos prevendo isso no contrato para que tenham um plano B caso... porque o acesso ali é só um..., ter um plano B e dar o jeito dele, de lancha pelo Cauamé, a pé, tem que passar ali.

O Senhor Deputado **Oleno Matos** – Essa empresa que foi contratada de forma emergencial, está prestando serviço a setenta dias, já foi feito algum pagamento de fatura para ela?

O Senhor Secretário de Justiça e Cidadania **Josué dos Santos Filho** – Foi feito um emergência.. ou de indenização, parece-me que foi quatrocentos ou quinhentos mil reais e o do mês passado que foi algo em torno de um milhão e duzentos ou, um milhão e quatrocentos.

O Senhor Deputado **Oleno Matos** – Certo, no ano passado, na última rebelião, tinha uma instalação, onde funcionava a sala da Defensoria Pública, onde a Defensoria prestava atendimento na forma determinada pela legislação e essa sala, foi praticamente destruída, uma sala que, diga-se de passagem, à época, foi arrumada com o apoio da Defensoria Pública e também dos presos, da mesma forma, como o Senhor falou que esta sendo feito agora, a Defensoria ficou sem sala, sem local de atendimento, indo de encontro ao que determina a legislação, queria saber, não só ao que se refere à Defensoria, mas também, com relação aos advogados que têm reclamado constantemente nessa Casa como também na OAB, com relação a restrição ao acesso a seus clientes e assistidos, queria que o Senhor falasse um pouco sobre isso e quais

providências estão sendo tomadas.

O Senhor Secretário de Justiça e Cidadania **Josué dos Santos Filho** – Realmente é verdade..., a Defensora Vera, briga muito, reclama muito conosco, porque a sala da Defensoria foi toda destruída, da OAB também, aquela Ala foi toda destruída, agora já esta recuperada a sala da OAB, já voltou a funcionar, quanto da Defensoria, uma vez que não tinha como fazer o alojamento das agentes femininas, não tinha onde ficarem, estavam provisoriamente ali e em horários de visita, era usado para fazer a revista feminina, o Defensor-Geral esteve lá com o subdefensor na semana passada, bem como o Avelino e ficou acordado, um prazo de mais de trinta dias para que resolvêssemos essa situação e, já está sendo resolvida, a Defensoria fica fazendo seus atendimentos na sala da OAB, embaixo da mangueira ou na igreja, mas esta sendo resolvido, foi nos dado trinta dias para resolver a situação da sala da Defensoria as outras já estão funcionando.

O Senhor Deputado **Oleno Matos** – A Legislação também, com relação à Defensoria Pública, nos diz que a Defensoria deve fazer parte do Conselho Penitenciário, por questões políticas aqui do Estado, a única Defensoria que faz parte desse conselho atualmente é a Defensoria Pública da União, a DPU, apesar do grande trabalho que desenvolve, hoje, não assiste, eu acredito que nem a cinco por cento da população do sistema prisional, enquanto a Defensoria Pública do Estado, atende, principalmente, com relação aos apenados, mais que noventa por cento dos que estão no sistema, por força disso, fiz uma indicação aqui na Casa, que foi devidamente aprovada e encaminhada a Senhora governadora para imediata inclusão da Defensoria Pública do Estado na constituição do Conselho, queria que o Senhor falasse sobre isso, se já é do seu conhecimento e se já foi tomado alguma providência.

O Senhor Secretário de Justiça e Cidadania **Josué dos Santos Filho** – Já é do meu conhecimento, recebi a indicação de Vossa Excelência na SEJUC e encaminhei ao Conselho Penitenciário, para não haver necessidade de toda uma..., novamente, exonerar e fazer novo Decreto, mas foi atendido o pleito da Defensoria, não só com relação ao Conselho Penitenciário como também, do Conselho Antedrogas, já entreguei o ofício ao Defensor-Geral, para que fosse indicado o Defensor para fazer parte do Conselho, lá no Conselho Penitenciário, a questão será um pouco mais dificultada porque alegam a questão de mandato e estenderam o mandato até dois mil e dezessete, enfim, há algumas ilegalidades que queríamos resolver na conversa, mas está difícil, teremos que tomar medidas judiciais que o caso requer para que realmente, a composição seja..., tanto que o Parlamento não tem representação.

A Senhora Presidente Deputada **Lenir Rodrigues** – Senhor Secretário, louvo as atividades educativas e profissionais a criação dos Conselhos Municipais Antedrogas, estão de parabéns, estamos satisfeitos com suas resposta, o senhor gostaria de declarar algo mais?

O Senhor Secretário de Justiça e Cidadania **Josué dos Santos Filho** – Sim, só para que não fique aqui aquela impressão de que esta tudo bom e tudo perfeito, não está, aquilo ali é um estopim, é um caldeirão, tem um, ala apelidada com esse nome, o que tentamos fazer e estamos fazendo, é tomar um posicionamento desde que assumimos, se dermos respeito, tratar quem está lá com respeito, cumprir o que a legislação exige, teremos como exigir mais deles, então, cada um venha cumprir sua pena de acordo com a condenação que teve e nós vamos cumprir a lei, agora não esta fácil, é um ambiente difícil, as condições são terríveis, tanto para advogado, como para defensor, como para os agentes e PMs, enfim, é uma dificuldade grande, todos os dias, estamos tentando melhorar um pouco as condições, não só lá, como em todo o sistema, a construção da penitenciária de Rorainópolis, o contrato foi rompido com a empresa que estava fazendo, convidamos a empresa para continuar e a empresa disse que não tinha condições de continuar e será licitado o restante para conclusão da obra, deve estar saindo o edital por esses dias e a reforma da penitenciária também por esses dias saíra o edital, então, nós agradecemos a oportunidade e mais uma vez, quero agradecer a vocês, qualquer documento ou qualquer outra informação que necessitem a SEJUC estará a disposição para prestar.

A Senhora Presidente Deputada **Lenir Rodrigues** – Requeiro que Vossa Excelência encaminhe à Comissão em dois dias úteis o Plano Emergencial elaborado pelo GTM. Agradeço a presença do Tenente Coronel Francisco de Oliveira Borges, Secretário Adjunto. Às dezesseis horas e dez minutos, não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos e dou por encerrada a reunião e determino à Secretária desta Comissão, Márcia Brito Wanderley, que a presente Ata após lida e aprovada seja encaminhada à publicação.

Deputada **Lenir Rodrigues**
 Presidente da Comissão